

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*MANOEL FRANCISCO BRITO — *Diretor Presidente*ROSENAL CALMON ALVES — *Diretor*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*MERVAL PEREIRA — *Editor Executivo*ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

Solução às Claras

O risco cada vez maior da hiperinflação está levando alguns políticos a tomarem consciência da gravidade da situação institucional e saírem à procura de soluções estruturais, que passam pela ampla revisão constitucional, para adaptar as utopias de 1988 à realidade.

Faz parte desse esforço de esclarecimento o trabalho do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, de apresentar aos congressistas o rombo do Orçamento da União de 1994, que acaba de ser enviado ao Congresso: US\$ 27 bilhões, podendo chegar aos US\$ 30 bilhões. Só a transparência é capaz de mostrar o problema em toda a sua dimensão.

A inflação brasileira passa muito além dos entreveros entre preços e salários, que acabaram pondo por terra a tentativa de entendimento nacional em torno de uma política de rendas visando à estabilização de preços, nos encontros entre sindicalistas e empresários, patrocinados pelo governo.

Nossa inflação nasceu — e não pára de crescer há mais de 30 anos — do déficit público estrutural, mas suas raízes são políticas. A ficção contábil em que se transformou o Orçamento da União de 93, após as milhares de emendas dos deputados, com indicações de gastos sem lastro, é a renovação de um enredo que desfila todos os anos, marcando o ritmo da alta dos preços, e o embalo da ciranda financeira, devido à necessidade governamental de rolar a dívida pública.

O malogro do primeiro ensaio de entendimento nacional e a disparada dos preços, que ressalta a insensibilidade de setores empresariais em relação ao sacrifício feito pelos trabalhadores, com a lei salarial que não repõe mensalmente as perdas para a inflação, ampliaram o ceticismo da sociedade quanto à possibilidade de uma solução para a crise.

Mas a revelação de que o ministro Fernando Henrique Cardoso dispõe de medidas para botar em prática, visando a estabilizar a economia antes da reforma da Constituição, fez uma luz: se o ministro da Fazenda só conseguir emplacar metade das medidas que está propondo para a economia, já terá sido um grande avanço para o país.

Todas as correntes econômicas aceitam em tese as medidas para recuperar a receita fiscal, acabar com a *caixa-preta* das relações incestuosas entre o Tesouro e o Banco Central (e deste com o mercado financeiro). Também apoiam o enquadramento dos estados e municípios, e das empresas estatais, na austeridade, com a aceleração da privatização, cortes nos gastos públicos e maior disciplina fiscalizadora dos bancos estaduais e federais, para cortar a sua capacidade de criar moeda.

A história recente tem ensinado que a falta de uma efetiva vontade de enfrentar o problema só tem feito a inflação agravar-se, com sintomas de desagregação social cada vez mais graves. Por isso, em nome da sobrevivência da democracia, os partidos comprometidos com a socialdemocracia precisam criar uma muralha em torno do ministro Fernando Henrique Cardoso, para apoiar a aprovação das medidas pontuais, visando à estabilização da economia. O Brasil não tem alternativa para enfrentar a mais persistente inflação do pós-guerra.

Os partidos precisam se unir imediatamente em apoio à adoção de medidas imediatas e iniciar, paralelamente, o esboço da reforma constitucional para ser discutida e votada a partir de 6 de outubro. Os homens de negócios de todo o mundo acompanham com atenção o desdobramento da crise brasileira. O Brasil continua com potencial único para absorver investimentos: desde que estabilize a economia, abalada pela falência do Estado, e reduza a intervenção do Estado na sociedade.

Se isso não ocorrer, o país terá perdido a grande chance de resolver seus problemas, de modo a recuperar as condições de estabilidade econômica e de retomada do crescimento indispensáveis para solucionar as grandes questões sociais de sua gente. A responsabilidade dos políticos é imensa. Se o Congresso não quer compartilhar das soluções, que pelo menos não interfira de modo a interromper o processo de saneamento e reforma do Estado que está sendo conduzido com coragem pelo ministro Fernando Henrique Cardoso.